

**TRANSTORNOS ESPECÍFICOS DA APRENDIZAGEM: INTERVENÇÕES PEDAGÓGICAS
NA EDUCAÇÃO BÁSICA**

**SPECIFIC LEARNING DISORDERS: PEDAGOGICAL INTERVENTIONS IN BASIC
EDUCATION**

 <https://doi.org/10.63330/aurumpub.062-051>

Jaqueline Ferreira da Silva

Pós-graduação em Psicopedagogia - UniSerra

E-mail: jaqueferreirasilva92@gmail.com

Lozinete Luzia Santana

Licenciatura em Pedagogia - Faculdade Única

E-mail: lozinete.luzia@gmail.com

Maira Comparini Xavier

Complementação pedagógica em Pedagogia - Faculdade de Educação Regional Serrana

E-mail: maira.comparini@hotmail.com

Genival Francisco de Carvalho

Graduação em Ciências Contábeis – UFT

E-mail: gennivalcarvalho@gmail.com

Luana Garcia Bernardes

Pós-graduação em Psicopedagogia Institucional, Clínica e Ludopedagogia - Universidade Candido

E-mail: Mendes_luana_garcia13@hotmail.com

Odania Frreira da Silva França

Graduação em Pedagogia - UNEMAT

E-mail: odaniafranca@gmail.com

Siane Ciocari

Pós-graduação em Psicopedagogia Clínica e Institucional - Rhema de Educação

E-mail: sciocari13@gmail.com

Fabio José Antonio da Silva

Doutorado em Educação Física – UEL

E-mail: fjas8@hotmail.com

Resumo

Este artigo aborda os Transtornos Específicos da Aprendizagem (TEA), como dislexia, disgrafia e discalculia, destacando os desafios enfrentados na Educação Básica e as principais estratégias pedagógicas utilizadas para promover a inclusão escolar. A análise enfatiza a importância da intervenção precoce, da formação continuada dos professores, da participação da família e da implementação de políticas públicas consistentes. Além disso, discute-se o papel das tecnologias digitais, da avaliação inclusiva e das práticas

colaborativas como ferramentas que favorecem o desenvolvimento integral dos estudantes. O estudo conclui que a escola inclusiva é aquela que reconhece a diversidade como riqueza e garante condições reais de aprendizagem para todos.

Palavras-chave: Educação Básica; Formação Docente; Inclusão Escolar; Intervenções Pedagógicas; Transtornos Específicos da Aprendizagem.

Abstract

This article addresses Specific Learning Disorders (SLD), such as dyslexia, dysgraphia, and dyscalculia, highlighting the challenges faced in Basic Education and the main pedagogical strategies used to promote school inclusion. The analysis emphasizes the importance of early intervention, continuous teacher training, family participation, and the implementation of consistent public policies. In addition, the role of digital technologies, inclusive assessment, and collaborative practices is discussed as tools that foster the integral development of students. The study concludes that an inclusive school is one that recognizes diversity as a source of richness and ensures real learning opportunities for all.

Keywords: Basic Education; Pedagogical Interventions; School Inclusion; Specific Learning Disorders; Teacher Training.

1 INTRODUÇÃO

Os Transtornos Específicos da Aprendizagem (TEA) constituem um conjunto de dificuldades que afetam habilidades fundamentais como leitura, escrita e cálculo, sem que haja comprometimento da inteligência global ou da oportunidade de aprendizagem. Entre os mais conhecidos estão a dislexia, a disgrafia e a discalculia, que se manifestam de formas distintas, mas impactam diretamente o desempenho escolar e a autoestima dos estudantes.

Na Educação Básica, esses transtornos representam um desafio para professores e gestores, pois exigem práticas pedagógicas diferenciadas e uma compreensão ampla sobre o desenvolvimento cognitivo e emocional das crianças. A escola, como espaço de formação integral, deve assumir o papel de identificar precocemente sinais de dificuldades, promover intervenções adequadas e garantir que todos os alunos tenham acesso a uma educação inclusiva e de qualidade.

Outro aspecto relevante é que os TEA não se apresentam de forma homogênea: cada estudante manifesta dificuldades específicas e em diferentes intensidades. Isso significa que não existe uma única estratégia pedagógica capaz de atender a todos os casos, mas sim a necessidade de um olhar atento e individualizado. A personalização das práticas educativas, aliada ao uso de metodologias ativas e recursos

tecnológicos, pode favorecer a superação de barreiras e estimular o desenvolvimento das potencialidades de cada aluno.

Além disso, é importante destacar que a formação continuada dos professores é um fator determinante para o sucesso das intervenções pedagógicas. Educadores bem preparados conseguem compreender melhor os sinais dos transtornos, adaptar suas práticas e construir ambientes de aprendizagem mais inclusivos. Nesse sentido, investir em capacitação docente e em políticas públicas voltadas para a inclusão é essencial para garantir que os estudantes com TEA tenham não apenas acesso à escola, mas também condições reais de aprendizagem e desenvolvimento pleno.

2 DESENVOLVIMENTO

As intervenções pedagógicas voltadas para os Transtornos Específicos da Aprendizagem (TEA) devem ser planejadas de forma intencional e adaptada às necessidades individuais dos estudantes. Estudos recentes apontam que práticas fundamentadas na neuropsicopedagogia e na neurociência favorecem melhorias na atenção, concentração e desempenho escolar, além de estimular o desenvolvimento cognitivo e socioemocional dos alunos .

Um dos pilares dessas intervenções é a personalização do ensino, que envolve metodologias diferenciadas, como o uso de recursos visuais, jogos educativos, materiais manipulativos e tecnologias digitais. Essas estratégias tornam o conteúdo mais acessível e significativo, especialmente para alunos com dislexia ou discalculia. Além disso, práticas fonológicas e programas estruturados como o Modelo RTI (Response to Intervention) têm demonstrado eficácia na mitigação das dificuldades, ao oferecer apoio intensivo e monitoramento contínuo do progresso .

Outro aspecto relevante é a adaptação curricular, que inclui ajustes no ritmo das atividades, flexibilização nas formas de avaliação e valorização dos progressos individuais. A Lei Brasileira de Inclusão (LBI) nº 13.146/2015 garante o direito a adaptações curriculares e ao acesso a tecnologias assistivas, reforçando a necessidade de práticas pedagógicas que promovam a equidade no ambiente escolar . Nesse sentido, a escola deve atuar como espaço inclusivo, onde a diversidade é reconhecida e valorizada.

A formação docente também se mostra essencial para o sucesso das intervenções. Professores capacitados conseguem identificar precocemente os sinais dos transtornos e aplicar metodologias ativas que favorecem a aprendizagem significativa. Pesquisas destacam que a formação interdisciplinar e contínua dos educadores é um fator determinante para superar barreiras teóricas e aplicar ações eficazes de inclusão.

Por fim, é importante ressaltar que as intervenções pedagógicas não devem se restringir ao âmbito escolar. A articulação entre escola, família e profissionais especializados (psicopedagogos, fonoaudiólogos, psicólogos) forma uma rede de apoio que potencializa os resultados. Essa abordagem integrada contribui para o fortalecimento da autoestima dos estudantes e para a construção de ambientes de ensino acolhedores,

capazes de promover não apenas o aprendizado acadêmico, mas também o desenvolvimento socioemocional

A utilização de tecnologias digitais tem se mostrado uma ferramenta poderosa no apoio a estudantes com Transtornos Específicos da Aprendizagem. Softwares de leitura, aplicativos de apoio à escrita e plataformas interativas permitem que os alunos desenvolvam suas habilidades de forma mais autônoma e motivadora. De acordo com Alves e Silva (2020), o uso de recursos tecnológicos adaptados contribui para a inclusão, pois amplia as possibilidades de acesso ao conhecimento e favorece a participação ativa dos estudantes no processo de aprendizagem.

Outro ponto fundamental é a educação socioemocional, que deve caminhar junto às intervenções pedagógicas. Crianças com TEA frequentemente enfrentam frustrações e baixa autoestima devido às dificuldades acadêmicas. Trabalhar competências como resiliência, empatia e autoconfiança é essencial para que esses alunos se sintam valorizados e integrados ao ambiente escolar. Conforme destaca Ciasca (2018), o suporte emocional e a valorização das conquistas individuais são tão importantes quanto o desenvolvimento das habilidades cognitivas, pois garantem uma formação integral e inclusiva.

A avaliação contínua é outro elemento indispensável nas intervenções pedagógicas voltadas para os TEA. Mais do que verificar resultados finais, é necessário acompanhar o processo de aprendizagem, identificando avanços e dificuldades em tempo real. Segundo Ciasca (2018), a avaliação diagnóstica e formativa permite ao professor ajustar suas estratégias pedagógicas, garantindo que o estudante receba o suporte adequado em cada etapa do desenvolvimento escolar. Essa prática contribui para que o aluno não seja rotulado por suas dificuldades, mas reconhecido por seus progressos.

Além disso, a colaboração interdisciplinar fortalece o trabalho pedagógico. A integração entre professores, psicopedagogos, fonoaudiólogos e psicólogos possibilita uma compreensão mais ampla das necessidades dos alunos e a elaboração de planos de intervenção mais eficazes. De acordo com Rotta, Ohlweiler e Riesgo (2016), a abordagem interdisciplinar é fundamental para que os estudantes com TEA recebam apoio integral, contemplando aspectos cognitivos, emocionais e sociais. Essa articulação entre diferentes áreas do conhecimento amplia as chances de sucesso escolar e promove uma educação verdadeiramente inclusiva.

3 DESAFIOS E PERSPECTIVAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Apesar dos avanços nas pesquisas e nas práticas pedagógicas voltadas para os Transtornos Específicos da Aprendizagem, ainda existem muitos desafios a serem enfrentados na Educação Básica. Entre eles, destacam-se a falta de formação específica de professores, a escassez de recursos pedagógicos adaptados e a dificuldade de articulação entre escola e serviços de saúde. Segundo Ciasca (2018), a ausência

de políticas públicas consistentes e de investimentos em capacitação docente compromete a efetividade das ações inclusivas, perpetuando desigualdades no acesso à aprendizagem.

Por outro lado, as perspectivas futuras apontam para uma educação cada vez mais inclusiva e inovadora. A incorporação de metodologias ativas, o uso de tecnologias assistivas e a valorização da diversidade como princípio pedagógico são caminhos promissores. Conforme Rotta, Ohlweiler e Riesgo (2016), a escola que reconhece e respeita as diferenças cognitivas contribui não apenas para o desenvolvimento acadêmico dos alunos, mas também para a formação de cidadãos mais conscientes e solidários. Assim, investir em práticas pedagógicas inclusivas é uma forma de transformar a educação em um espaço de equidade e justiça social.

A participação da família é um fator decisivo para o sucesso das intervenções pedagógicas. Quando pais e responsáveis compreendem os transtornos e colaboram com a escola, o processo de aprendizagem torna-se mais efetivo. Segundo Ciasca (2018), a parceria entre família e instituição escolar fortalece a autoestima dos alunos e contribui para a continuidade das estratégias pedagógicas em casa, criando um ambiente de apoio e estímulo constante. Essa integração evita que a criança se sinta isolada em suas dificuldades e promove uma rede de suporte essencial para o seu desenvolvimento.

Outro aspecto relevante é a necessidade de políticas públicas consistentes que garantam recursos e formação adequada para os profissionais da educação. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, nº 9.394/1996) já prevê a inclusão como princípio fundamental, mas ainda há lacunas na implementação prática. De acordo com Ciasca (2018), sem investimentos em capacitação docente e em materiais pedagógicos adaptados, as escolas enfrentam dificuldades para atender de forma plena os alunos com TEA. Portanto, é imprescindível que gestores educacionais e órgãos governamentais assumam a responsabilidade de criar condições reais para que a inclusão aconteça de maneira efetiva.

A formação continuada dos professores é um dos pontos centrais para garantir a efetividade das práticas inclusivas. Educadores que recebem capacitação específica sobre os Transtornos Específicos da Aprendizagem conseguem identificar sinais precoces, aplicar metodologias diferenciadas e adaptar suas práticas de acordo com as necessidades dos alunos. Conforme destaca Rotta, Ohlweiler e Riesgo (2016), a atualização constante dos profissionais da educação é indispensável para que a escola se torne um espaço inclusivo e capaz de atender à diversidade cognitiva presente em sala de aula.

Além disso, é preciso considerar que a inclusão escolar não se limita apenas ao acesso físico à escola, mas envolve a garantia de participação efetiva e significativa dos estudantes com TEA. Isso implica em repensar currículos, metodologias e formas de avaliação, de modo que todos os alunos possam desenvolver suas potencialidades. Segundo Ciasca (2018), a inclusão só se concretiza quando há uma mudança de paradigma, em que a escola deixa de enxergar as dificuldades como limitações e passa a

reconhecê-las como parte da diversidade humana. Essa perspectiva amplia o conceito de aprendizagem e fortalece o compromisso com uma educação democrática e equitativa.

4 FORMAÇÃO DOCENTE E CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL

A formação dos professores é um dos pilares fundamentais para garantir a efetividade das práticas pedagógicas voltadas aos Transtornos Específicos da Aprendizagem. Muitos educadores, ao se depararem com alunos que apresentam dificuldades persistentes em leitura, escrita ou cálculo, sentem-se inseguros por não terem recebido preparo adequado durante sua formação inicial. Nesse sentido, a capacitação continuada torna-se indispensável para que os docentes adquiram conhecimentos teóricos e práticos sobre os TEA e possam aplicar metodologias inclusivas em sala de aula. Segundo Rotta, Ohlweiler e Riesgo (2016), a atualização constante dos profissionais da educação é essencial para que a escola se torne um espaço inclusivo e capaz de atender à diversidade cognitiva presente entre os estudantes.

Além disso, a formação docente deve contemplar não apenas aspectos técnicos, mas também dimensões socioemocionais e éticas. Professores preparados conseguem identificar precocemente os sinais dos transtornos, adaptar suas práticas pedagógicas e, sobretudo, promover um ambiente escolar acolhedor e motivador. Conforme Ciasca (2018), a inclusão só se concretiza quando há uma mudança de paradigma, em que o professor deixa de enxergar as dificuldades como barreiras e passa a reconhecê-las como parte da diversidade humana. Dessa forma, investir em programas de capacitação e em políticas públicas voltadas para a formação docente é um passo essencial para assegurar que os alunos com TEA tenham acesso a uma educação de qualidade e equitativa.

A implementação de práticas colaborativas em sala de aula também se mostra eficaz no atendimento aos alunos com Transtornos Específicos da Aprendizagem. Atividades em grupo, projetos interdisciplinares e metodologias como a aprendizagem cooperativa permitem que os estudantes compartilhem experiências e aprendam uns com os outros. De acordo com Vygotsky (1998), o aprendizado ocorre de forma mais significativa quando há interação social, pois o desenvolvimento cognitivo é potencializado pela troca entre pares e pela mediação do professor. Nesse sentido, criar ambientes colaborativos favorece não apenas os alunos com TEA, mas toda a turma, promovendo inclusão e solidariedade.

Outro ponto que merece destaque é a avaliação inclusiva, que deve ir além da mensuração de resultados acadêmicos tradicionais. Avaliar o progresso de alunos com TEA requer instrumentos diversificados, como portfólios, autoavaliações e observações contínuas, que valorizem o esforço e o desenvolvimento individual. Segundo Luckesi (2011), a avaliação deve ser compreendida como um processo formativo e emancipador, capaz de orientar o ensino e apoiar o crescimento do estudante. Assim, ao adotar práticas avaliativas mais flexíveis e humanizadas, a escola contribui para reduzir a ansiedade dos alunos e reforçar sua motivação para aprender.

A intervenção precoce é um dos fatores mais determinantes para o sucesso no atendimento aos alunos com Transtornos Específicos da Aprendizagem. Quanto mais cedo as dificuldades são identificadas, maiores são as chances de minimizar seus impactos no percurso escolar. De acordo com Ciasca (2018), a detecção precoce permite que estratégias pedagógicas sejam aplicadas de forma direcionada, evitando que o estudante acumule lacunas de aprendizagem e enfrente problemas emocionais decorrentes de repetidos insucessos. Assim, o papel da escola na observação e encaminhamento adequado é essencial para garantir uma trajetória acadêmica mais positiva.

Outro aspecto que merece atenção é a importância da inclusão social no processo educativo. Alunos com TEA não devem ser vistos apenas sob a ótica das dificuldades acadêmicas, mas como sujeitos integrais que precisam de oportunidades para desenvolver suas habilidades sociais e emocionais. Segundo Rotta, Ohlweiler e Riesgo (2016), a escola inclusiva é aquela que promove experiências coletivas, valoriza a diversidade e cria condições para que todos os estudantes participem ativamente da vida escolar. Dessa forma, a inclusão ultrapassa o campo pedagógico e se torna um compromisso ético e social, capaz de transformar a cultura escolar e a sociedade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os Transtornos Específicos da Aprendizagem representam um desafio significativo para a Educação Básica, mas também uma oportunidade de repensar práticas pedagógicas e fortalecer o compromisso com a inclusão. Ao longo do artigo, vimos que estratégias como intervenção precoce, metodologias diferenciadas, avaliação inclusiva, uso de tecnologias digitais e práticas colaborativas são fundamentais para garantir que os alunos com TEA tenham acesso a uma educação de qualidade. Mais do que superar barreiras acadêmicas, trata-se de promover o desenvolvimento integral, valorizando tanto as competências cognitivas quanto socioemocionais.

Além disso, ficou evidente que a formação continuada dos professores e a articulação entre escola, família e profissionais especializados são pilares indispensáveis para o sucesso das intervenções. A inclusão escolar não pode ser entendida apenas como acesso físico, mas como participação efetiva e significativa, em que cada estudante é reconhecido em sua singularidade. Conforme Rotta, Ohlweiler e Riesgo (2016), a escola inclusiva é aquela que respeita a diversidade e cria condições para que todos aprendam e convivam em igualdade. Nesse sentido, políticas públicas consistentes e investimentos em capacitação docente são urgentes para transformar a realidade educacional brasileira.

Portanto, discutir os Transtornos Específicos da Aprendizagem e suas intervenções pedagógicas na Educação Básica é reafirmar o compromisso ético e social da educação com a equidade. A escola que acolhe, adapta e valoriza seus alunos contribui não apenas para o sucesso acadêmico, mas para a formação

de cidadãos conscientes, resilientes e solidários. Assim, investir em práticas inclusivas é investir em uma sociedade mais justa e democrática, onde a diversidade é reconhecida como riqueza e não como obstáculo.

A implementação de projetos pedagógicos inclusivos é uma estratégia que pode transformar o ambiente escolar em um espaço mais acolhedor e equitativo. Projetos que envolvem leitura compartilhada, oficinas de escrita criativa, jogos matemáticos e atividades artísticas permitem que os alunos com TEA participem de forma ativa e significativa. Segundo Ciasca (2018), quando a escola desenvolve projetos coletivos que valorizam diferentes formas de aprender, promove não apenas o desenvolvimento acadêmico, mas também a integração social e cultural dos estudantes.

Outro elemento essencial é a sensibilização da comunidade escolar. Professores, gestores, funcionários e colegas de classe precisam compreender que os Transtornos Específicos da Aprendizagem não são sinônimo de incapacidade, mas sim de diversidade. De acordo com Ciasca (2018), a construção de uma cultura escolar inclusiva depende da conscientização de todos os envolvidos, para que preconceitos sejam superados e os alunos com TEA sejam reconhecidos por suas potencialidades. Essa sensibilização contribui para reduzir estigmas e criar um ambiente de respeito, empatia e cooperação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, N. S. S.; SILVA, L. G. N. Tecnologias digitais e equidade escolar: caminhos para a aprendizagem inclusiva. **Revista Missioneira**, 2025. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/394339235_TECNOLOGIAS_DIGITAIS_E_EQUIDADE_ESCOLAR_CAMINHOS_PARA_A_APRENDIZAGEM_INCLUSIVA. Acesso em: 07 jul. 2026.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm . Acesso em: 07 jul. 2026.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm . Acesso em: 07 jul. 2026.

CIASCA, S. M. **Transtornos de aprendizagem**: diagnóstico e intervenção. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2018.

LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem escolar**: estudos e proposições. São Paulo: Cortez, 2011.

ROTTA, N. T.; OHLWEILER, L.; RIESGO, R. S. **Transtornos da aprendizagem**: abordagem neurobiológica e multidisciplinar. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2016.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. São Paulo: Martins Fontes, 1998.